



Eixo: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase na Questão Agrária.

QUESTÃO SOCIAL E A PARTICULARIDADE DO RURAL: UM DIÁLOGO A PARTIR DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

RAQUEL SANTOS SANT' ANA¹

Resumo: Este artigo procura evidenciar como a questão agrária é uma particularidade da questão social e a importância desse debate na formação profissional do serviço social. A questão social é marcada pela intensa exploração da força de trabalho e, conseqüente agudização das desigualdades sociais que fizeram parte da constituição da sociedade brasileira; no cenário atual novas configurações desses mecanismos se apresentam de maneira a manter os lucros do capital e a apropriação privada da riqueza socialmente construída. As expressões desse processo em área rural são fundamentais de serem apreendidas e estão na proposta de formação das diretrizes curriculares da ABEPSS.

Palavras-chaves: questão social; questão agrária; formação profissional; serviço social.

LA CUESTIÓN SOCIAL Y LA PARTICULARIDAD DEL RURAL: UN DIÁLOGO A PARTIR DE LA FORMACIÓN PROFESIONAL EN TRABAJO SOCIAL.

Resumen: Este artículo busca evidenciar como la cuestión agraria se constituye en una particularidad de la cuestión social, y la importancia de ese debate en la formación profesional de los trabajadores sociales. La cuestión social se caracteriza por la intensa explotación de la fuerza de trabajo y, conseqüente agudización de las desigualdades sociales que hicieron parte de la constitución de la sociedad brasileña; en el presente escenario nuevas configuraciones de esos mecanismos se presentan de manera a mantener los lucros del capital y la apropiación privada de la riqueza socialmente construída. Las expresiones de ese proceso en la área rural son fundamentales y deben ser apreendidas, y están en la propuesta de formación de las directrices curriculares de ABEPSS.

Palavras chaves: cuestión social; cuestión agraria; formación profesional; trabajo social.

INTRODUÇÃO

Este artigo discute como a questão agrária no Brasil é uma particularidade fundamental para o entendimento da questão social e, portanto, um componente da formação profissional do serviço social brasileiro.

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual Paulista. E-mail: <raquelssfranca@yahoo.com.br>

Partimos do pressuposto que o capital provoca e agudiza em escala cada vez maior as desigualdades sociais e acirra a luta de classes. A questão social no Brasil tem uma conformação que inclui elementos históricos, culturais, econômicos e políticos com particularidades muito diversas. Nesse ensaio o debate recai sobre os embates advindos do modelo de desenvolvimento agrário atual e, como estes aparecem no projeto de formação do serviço social brasileiro expresso nas diretrizes curriculares da ABEPSS.

Este trabalho é resultado de uma pesquisa mais ampla sobre questão agrária e formação profissional, mas devido ao pouco espaço disponível iremos centrar-se no debate sobre a relação entre questão social e sua particularidade agrária e, partir dessa interlocução fazer breves reflexões sobre essa temática na formação em serviço social.

OS MECANISMOS PERVERSOS DO CAPITAL E SEUS REBATIMENTOS SOBRE A QUESTÃO SOCIAL E SUA PARTICULARIDADE RURAL NO BRASIL.

O capitalismo sustenta-se a partir da apropriação privada da riqueza socialmente construída e ganha contornos cada vez mais cruéis pelo constante e permanente avançar de sua lógica constitutiva em todas as esferas da vida e, em quase todos os lugares do globo terrestre.

Harvey (2014) denomina de “acumulação por espoliação” as investidas do capital que cada vez ampliam e aprimoram mecanismos para superar os problemas crônicos de sobreacumulação decorrentes de sua permanente reprodução expandida.

No capitalismo, especialmente em sua versão monopolizada, oligopolizada e com hipertrofia do setor financeiro, diversos mecanismos são construídos de maneira a manter essa forma de organização da vida e do trabalho.

A lei de acumulação capitalista, fundamento da questão social, desenvolve novas expressões a medida que promove o aumento da produtividade do trabalho, resultado da mudança técnica e de valor do capital,

o qual permite maior exploração da força de trabalho de maneira a aumentar a extração de mais valia absoluta e/ou relativa; a isso se soma o contexto mundial onde a hegemonia do capital se efetiva em termos planetários e em que são criados novos mecanismos para assegurar o que Harvey (2014) denomina de acumulação por espoliação.

Alguns mecanismos da acumulação primitiva que Marx enfatizou foram aprimorados para desempenhar hoje um papel bem mais forte do que no passado. O sistema de crédito e o capital financeiro se tornaram, como Lenin, Hilferding e Luxemburgo observaram no começo do século XX, grandes trampolins de predação, fraude e roubo. A forte onda de financeirização, domínio do capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973 foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório. Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos da dívida que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida... (Harvey, 2014, 122-3)

Harvey (2014) destaca ainda novos mecanismos criados para a acumulação por espoliação: a biopirataria e pilhagem dos estoques mundiais de recursos genéticos, a destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar, água), depredação de habitats, a transformação em mercadoria de formas culturais históricas e da criatividade intelectual, a corporativização e privatização de bens públicos como as universidades, e privatizações de todo tipo.(2014, 123)

No entanto, essas novas particularidades presentes na realidade agudizam, mas não alteram os fundamentos da questão social pois são estes constitutivos da ordem social burguesa, ou como afirma Netto (2001): “a questão social [...] tem a ver , exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital” e, portanto, só serão alteradas mediante a supressão dessa ordem sociometabólica. (2001. p 46)

As expressões da sociabilidade do capital têm gerado extremas desigualdades sociais e territoriais, num cenário onde as tensões e lutas dos trabalhadores tem sido cada vez mais invisibilizadas e criminalizadas pelo Estado e pelas classes dominantes.

O avanço de ideários neoconservadores em âmbito planetário tem desencadeado ondas de violência social e discriminação generalizada contra grupos étnicos e indivíduos sociais com determinado perfil político, social ou geográfico. O apelo à ordem se coloca como resposta a uma “suposta desagregação moral” e como afirma Barroco (2015): “Esse apelo moralista é facilitado pela reificação das relações sociais e pelo irracionalismo, contribuindo para o ocultamento de suas determinações socioeconômicas e para sua naturalização” (2015, p. 625) .

As relações econômicas e sociais ditadas pelo capital provocam profundas desigualdades sociais, especialmente num país como o Brasil que historicamente foi construído a partir de relações colonialistas e mercantis. As ideias das classes dominantes tem que ser alimentadas e reforçadas cotidianamente, pois a naturalização dessas relações desiguais exigem a introjeção de ideários patrimonialistas, hierárquicos e discriminatórios nas diversas esferas da vida social e econômica.

O entendimento da questão social e seus fundamentos é essencial e, pressupõe uma análise na perspectiva de totalidade de maneira a apreender os seus n determinantes. Desde a formação da sociedade brasileira, o Brasil ocupou um determinado lugar no conjunto das relações internacionais: a de um país dependente da economia central e entrou no processo de mundialização numa condição subordinada. Marine (2011) ao tratar das especificidades desse processo mostra como os mecanismos que sustentaram essa condição subordinada foram as características da economia aqui desenvolvida. O autor mostra que incipiente burguesia brasileira vai se sustentar enquanto tal a partir de sua aliança com a burguesia internacional, mesmo que essa aliança tenha reforçado sua condição subordinada. Para compensar essa subordinação no âmbito das relações internacionais, o mecanismo usado foi o que ele denomina de “superexploração do trabalho”, ou seja, um mecanismo de extração de sobretrabalho dos trabalhadores não só a partir da mais valia, mas também de seu próprio valor. Isto significa que o país se forma como nação com mecanismos predatórios de sua população trabalhadora que não consegue, pela via do salário, sequer o acesso ao valor necessário a sua reprodução.

A questão social, portanto é constituinte da própria formação da nação e incluiu resistências dos múltiplos segmentos que foram espoliados direta ou indiretamente por essas relações predatórias que promoveram a formação da sociedade brasileira.

Na área rural, a forma de apropriação do solo é a expressão concreta da desigualdade estrutural construída no Brasil. Os dados abaixo do último censo realizado em 2006, evidenciam a concentração agrária que permanece ao longo de toda a história da sociedade brasileira e que se mantém praticamente inalterada:

O Censo agropecuário de 2006 [...]comprova a manutenção da inaceitável desigualdade na distribuição da terra no Brasil. Os dados liberado pelo IBGE mostram novamente que o alto grau de concentração fundiária no País persiste como estigma da sociedade brasileira. Essa característica da nossa história responde, em boa parte, por outras desigualdades gritantes da estrutura social brasileira- renda, terra, educação, segurança e outras tantas misérias. O censo confirma a estabilidade do nível da concentração fundiária em relação aos dois últimos censo (1985, 1996). O indicador que comporva este fato é o índice de Gini cujos valores podem variar entre zero (igualdade absoluta) e um (desigualdade absoluta). Pois bem, considerando-se os três últimos censos, o referido índice apresenta os seguintes valores: 0,857 (censo de 1985), 0,856 (1995) e 0,854 (2006). Três valores expressivamente altos. Comparando-se os extremos da distribuição das terras, enquanto os estabelecimentos rurais com mais de 1000 hectares dominam 43% do total da área, os pequenos com menos de 10 hectares perfazem apenas 2,7% desse total. (CARVALHO FILHO, 2010, p 40)

Mitidiero Junior (2016) afirma que a propriedade privada de grandes extensões de terra foi e ainda é um pilar central da estrutura agrária e agrícola do Brasil. O autor destaca: “A propriedade privada da terra forjou um capitalismo rentista que perdura a séculos, e parece inabalável mesmo diante do processo de internacionalização do capital no campo.” (Mitidiero Junior, 2016, 23)

A tese defendida por Mitidiero Junior (2016) é que no processo de expansão permanente do capital, a apropriação privada da natureza pode ser um dos grandes motes dos investimentos, inclusive dos capitais especulativos, fictícios e voláteis, pois esta é uma mercadoria essencial a vida .

O poder da elite nacional (econômico e político, principalmente) e sua articulação com o capital sem pátria tende a aguçar o processo de transformação das diversas dimensões da natureza em objetos de

compra a venda, em apropriação patrimonial privada das dimensões da natureza fundamentais a reprodução da vida. Se esses elementos constituem-se como fundamentais a vida, eles serão mercadorias especiais dominadas por investidores capitalistas, indicando que tudo (da natureza) pode transformar-se em “renda do monopólio”, nos termos do Marx.(Mitideiro Junior, 2016, 24)

Essa apropriação da natureza em nossa avaliação vai se dar não só pela privatização dos recursos naturais, mas também pela sua exploração como atividade econômica intensiva de produção agrícola, mesmo que isso provoque a degradação dos habitats, como é o caso da produção em larga escala de um único produto, utilizando-se de maquinário pesado, insumo químico e trabalho assalariado, via de regra, precarizado.

O Estado reforça esse modelo produtivo em âmbito rural que associou capital industrial e financeiro para realizar o processamento dos produtos. Essas atividades intituladas de “agronegócio” se colocam como símbolo de modernidade e desenvolvimento. No entanto, o agronegócio, além da concentração fundiária, promove uma agricultura que coloca em risco a saúde da população e soberania alimentar do país ao utilizar grandes quantidades de agrotóxicos e sementes transgênicas; promove destruição da fauna, da flora e acentua a desigualdade no campo. O agricultor familiar, o camponês, os povos tradicionais, os indígenas e quilombolas veem suas terras sendo usurpadas e suas condições de reprodução comprometidas diariamente². Enquanto os movimentos sociais são criminalizados, os Governos enaltecem o papel do agronegócio no superávit primário do país. Sant’Ana (2014) destaca:

“Os rebatimentos desse processo sobre o mundo do trabalho são evidentes: a desertificação do campo em áreas de monocultura, a diminuição dos agricultores familiares e camponeses, a precarização do trabalho assalariado, a concentração dos maiores índices de pobreza em área rural e, o acirramento da luta pela terra. (Sant’Ana 2014, p 11)

² Para ver detalhes desse processo marcado, sobretudo pela violência, conferir as publicações da Rede de Justiça e Direitos Humanos que anualmente faz o Relatório de Direitos Humanos no Brasil.

As relações capitalistas e suas expressões no campo e na cidade promovem a agudização da questão social. O Estado responde com a moralização e a militarização da vida social fazendo acentuar os níveis de violência; o individualismo e a competitividade se espraiam por todos os interstícios da vida. O embate entre as classes sociais irá se expressar também na disputa ideológica dos mecanismos necessários a reprodução ou superação dessa ordem social.

Quanto mais se agudiza a concentração da riqueza, mais necessário se faz construir mecanismos ideológicos e políticos de maneira a legitimar socialmente aquilo que é verdadeiramente um jeito desumanizador de viver e de trabalhar. Para encobrir o processo de reificação do trabalho, a concentração da riqueza, a depredação da natureza e o exaurimento dos recursos naturais, a sobreposição do lucro aos direitos humanos mais fundamentais como o direito a alimentação, maiores terão que ser os recursos ideológicos e os instrumentos de coerção e consenso políticos a serem veiculados por parte daqueles que dominam.

Um dos fundamentos dessa sociabilidade que é exatamente a exploração do trabalhador pelo capital e, o conseqüente embate de classes resultante dessa relação, precisa ser naturalizado e introjetado como algo imutável. A negação da existência de classes sociais com interesses antagônicos é um elemento fundamental nesse processo. Diversos são os instrumentos para a descaracterização dessa luta permanente e histórica e, contribuem para isso os diversos mecanismos ideológicos criados nessa sociabilidade que vão desde a concepção de harmonia presente na cultura judaico cristã, passando pela ciência positiva e por sua percepção da sociedade como um organismo social, até chegar nos diversos aparatos criados pelo Estado exatamente para manter o *status quo* e que se materializam nas diversas políticas públicas, principalmente as da área social.

A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO AGRÁRIA.

As profissões compõem essa realidade cada vez mais envolvida em processos ideológicos construídos pelo sistema capitalista e que aparecem no âmbito da formação mediados por diversas particularidades. Assim, cada vez mais as universidades como parte dessa sociabilidade expressam os ideários particulares dessa lógica societária, perdendo sua perspectiva universalista destinada a promover e ampliar o desenvolvimento do ser social.

O serviço social brasileiro se propõe a construir uma direção social para sua atuação e para a formação numa perspectiva diferente daquilo que vige majoritariamente no âmbito das ciências e das profissões. Isto faz com que as exigências do processo de formação sejam ainda maiores pois, requerem muito mais que o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades técnicas numa determinada área, aliás, pelo contrário pressupõem a possibilidade de instrumentalização teórica, política e ética dos estudantes para que eles possam repensar seu olhar sobre o mundo.

Esse repensar é muito mais que acessar racionalmente conhecimentos, mas apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe permitam entender a realidade para além de suas manifestações mais imediatas de maneira a identificar as mediações que compõem a essência dessa mesma realidade e que podem permanecer encobertas naquilo que Karel Kosik (1998) denomina de mundo da pseudo concreticidade.

Esse “claro escuro, de verdade e engano” que compõe o mundo da pseudo concreticidade não permite a apreensão do embate de classes e de seu antagonismo proveniente das relações capitalistas. Sem uma apreensão da realidade numa perspectiva de totalidade não será possível perceber os seus determinantes estruturais e as particularidades presentes que concorrerem para que um universo singular se apresente de determinada maneira.

É nesse cenário adverso que o desafio da formação em serviço social se apresenta e ainda com o agravante de que, no cenário de contrarreforma do ensino superior brasileiro, houve a ampliação massiva de oferta de cursos,

especialmente na modalidade do ensino a distância, numa lógica claramente guiada pela lucratividade e sem o compromisso real com o projeto formativo, o que tem desencadeado um amplo processo de precarização³. Na realidade, a medida que o Estado Brasileiro permitiu que o ensino superior se tornasse uma mercadoria como outra qualquer, aqueles cursos menos onerosos, como é o caso do serviço social, foram sendo ofertados, especialmente pelos grandes conglomerados educacionais cuja lógica é claramente empresarial. As consequências desse processo foram destacadas por Barroco (2012):

O produto final dessa precarização em curso, nas instituições mercantis, é o empobrecimento material e espiritual da juventude, que uma vez profissionalizada tem poucos recursos para realizar seus possíveis ideais, já fragilizados pelas condições objetivas da sociabilidade burguesa. (BARROCO, 2012, p. 149)

As entidades de serviço social⁴ (conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO) tem construído diversas formas de resistência as diferentes expressões da precarização do trabalho e da formação profissional, embora o façam a partir das condições objetivas concretas.

Esse amplo legado construído pelo serviço social foi resultado da ação integrada e conjunta das entidades de maneira a fortalecer o direcionamento ético político assumido e que, hoje, se materializa numa verdadeiro patrimônio teórico e político da profissão.

No percurso de construção dessa direção ideopolítica, o serviço social brasileiro buscou recursos analíticos para a compreensão da sociabilidade, da realidade brasileira, do Estado e do trabalho profissional em referenciais teóricos críticos, com destaque para a teoria marxiana e seus diferentes interlocutores (ainda que nesse processo nem sempre tenha sido possível

³ Pereira (2007) em sua tese de doutorado mostra processo de mercantilização do ensino superior brasileiro, especialmente no capítulo 4 que tem como título e a “A mercantilização do ensino superior brasileiro e a explosão privatista das Escolas de Serviço Social na década de 1990”.

⁴ É importante destacar que até a década de 1980, a Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ANAS) teve um protagonismo importante junto a categoria, assim como a Associação Brasileira de Ensino em Serviço social (ABESS) e o Centro de Estudos sobre Políticas Sociais- estas, conforme já mencionado irão compor a partir de 1996 a atual ABEPSS.

apreender o trabalho e a formação profissional a partir da sua relação intrínseca com a realidade sociopolítica em curso). A identificação do trabalho como eixo fundante da sociabilidade e a apreensão do embate de classes como resultante dessa lógica constitutiva das relações econômicas viabilizam o debate sobre a questão social a partir de seus elementos determinantes; permitem a ultrapassem das manifestações mais imediatas e a apreensão das particularidades que se colocam como mediações fundamentais para o entendimento não só embate capital/trabalho, mas também de suas refrações mais cruéis que estão postas diretamente no cotidiano profissional do serviço social.

A apreensão da questão agrária expressa como os embates entre as classes estabelecidos devido a configuração do modelo de desenvolvimento agrário e agrícola é fundamental ao assistente social e está previsto no projeto de formação do serviço social brasileiro, tal como se apresenta nas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996⁵.

As diretrizes são estruturadas a partir de três núcleos de fundamentação⁶, os quais são responsáveis por desenvolver uma formação que permita uma perspectiva crítica da vida social e uma opção ético política num direção libertária. São eles: o núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; o núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e, o Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Estes núcleos não devem ser tratados de forma sequencial ou estanques, conforme menciona o próprio documento:

À medida em que estes três núcleos congregam os conteúdos necessários para a compreensão do processo de trabalho do assistente social, afirmam-se como eixos articuladores da formação profissional pretendida e

⁵ As diretrizes curriculares da ABEPSS não são as mesmas do Ministério de Educação e Cultura ainda que a Entidade tenha empreendido grande esforço no sentido de fazer com o seu projeto formativo fosse encampado pelo MEC. As diretrizes do MEC incorporaram a estrutura dos núcleos de fundamentação, porém distorceram a direção ético política proposta no documento da ABEPSS.

⁶ As Diretrizes curriculares da ABEPSS apresentam os conteúdos dos Núcleos a o conjunto de disciplinas previstas para a formação; estão disponíveis em www.abepss.org.br.

desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzida à matérias e disciplinas. Esta articulação favorece uma nova forma de realização das mediações - aqui entendida como a relação teoria-prática - que deve permear toda a formação profissional, articulando ensino-pesquisa-extensão.[..]

Em decorrência desta consideração, ressalta-se a exigência de não incorrer no tratamento classificatório dos núcleos de fundamentação da formação profissional, quando da indicação dos componentes curriculares, uma vez que remetem a um conjunto de conhecimentos indissociáveis para a apreensão da gênese, das manifestações e do enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional. Portanto, os Núcleos mencionados não são autônomos nem subsequentes, expressando, ao contrário, níveis diferenciados de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social. (ABEPSS, 1996, p .8/9)

A centralidade do trabalho e o embate de classes é um eixo transversal da formação e, portanto, deverá compor os três núcleos de fundamentação a partir de diferentes matérias e se desdobrando nas diversas disciplinas. E é exatamente nesse debate que a particularidade do rural deve se expressar, afinal, os desdobramentos concretos vigentes na atual sociabilidade possuem componentes decorrentes do modelo de desenvolvimento capitalista que se expressa nas atividades produtivas no campo e na cidade.

Entendemos que todas as refrações da questão social que são decorrentes do modelo de desenvolvimento agrário e agrícola são particularidades que precisam ficar evidenciadas na formação profissional. Elas se expressam no nível de concentração da terra, na pobreza rural, na precarização do trabalho agrícola, nos financiamentos públicos para a agricultura, no modelo produtivo voltado para a monocultura, nas inseguranças alimentar e nutricional da população, nos níveis de envenenamento dos alimentos disponíveis devido ao uso intensivo de agrotóxicos, nos aumentos de incidência dos cânceres que hoje se constituem como um problema de saúde pública, nas resistências instituídas pelos vários movimentos sociais rurais e etc.

Essas problemáticas devem perpassar o conjunto dos núcleos e não apenas disciplinas específicas. Afinal como discutir o trabalho profissional em municípios de pequeno porte de base agrícola sem considerar a questão agrária que é mediação fundamental para pensar a questão social? Como

discutir a formação da sociedade brasileira desconsiderando o papel desempenhado pela privatização da terra quando se deu a formação da classe trabalhadora nesse país? Como trabalhar sociologicamente mundo do trabalho sem considerar o processo de modernização agrícola adotado nesse país? Ou ainda: como desconsiderar o urbanocentrismo na configuração da realidade social? Como entender as refrações mais cruéis que aparecem no cotidiano profissional sem entender a sustentação que a estrutura agrária dá para esse fenômeno? Como entender a criminalização dos movimentos sociais rurais se não entendermos que eles mexem numa das estruturas mais fundamentais da sociedade brasileira que é a propriedade privada? Como entender o genocídio indígena sem considerar a apropriação criminosa da terra por parte dos representantes do agronegócio?

Enfim, estas são apenas algumas das mediações que ilustram a necessidade de tratar a questão agrária na formação do serviço social, Entendemos que elas estão expressas nas diretrizes curriculares da ABEPSS como particularidades da questão social; desvendá las como tal é o desafio que está posto a formação e ao trabalho profissional e que exige constante aprimoramento profissional e permanente opção ética política em defesa de uma sociedade para além do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo procuramos trazer o debate sobre as particularidades que a configuração da realidade agrária traz e que são necessárias para pensar a sociedade brasileira, especialmente num contexto em que as riquezas naturais passam a ser alvo de disputas mundiais.

Um dos grandes eixos estruturadores da desigualdade no Brasil é exatamente a permanência e recorrência da questão agrária que está expressa não apenas nos níveis de concentração fundiária , mas também no modelo de desenvolvimento agrícola adotado desde sempre nesse país, o qual beneficia diretamente a grande propriedade ou, indiretamente por meio da especulação imobiliária; por outro lado um grande contingente de trabalhadores permanecem sem terra ou numa luta árdua para se reproduzirem como

camponeses a medida que praticamente toda a tecnologia e financiamento é voltado para as atividades do agronegócio.

Os rebatimentos desse processo vão estar expressos no cotidiano profissional do serviço social mediados por n particularidades de acordo com as especificidades e área do profissional. Apreender essas particularidades é o desafio da formação que busca a perspectiva de totalidade, conforme estabelece as diretrizes curriculares da ABEPSS.

REFERENCIAS

ABEPSS. Diretrizes Gerais para o curso de serviço social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de a1996. Rio de Janeiro, novembro de 2006. Disponível em http://www.abepss.org.br/files/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf. Acesso em: 08 dez. 2015.

BARROCO, M. L. Desafios do Projeto ético político: o enfrentamento do neoconservadorismo. In: CFESS. **Seminário Nacional: 30 anos do Congresso da Virada**. Brasília: CFESS,2012.

_____. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124. out./dez. 2015.

CARVALHO FILHO, J. J. **Concentração, Política Agrária e Violência no Campo**: dez anos. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, 2009.

HARVEY, David, O Novo imperialismo. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRANSPADINI, R.; STÉDILE, J. P. Ruy. **Mauro Marini**. vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MITIDIERO, JUNIOR.M.A. Crise do capital global, natureza e agronegócio. In: Ramos Filho, E. S., MITIDIERO Junior, M. A., SANTOS, L. R. S (Orgs) **Questão Agrária e Conflitos Territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

NETTO, J. P. Cinco Notas a propósito da “Questão Social”. **Temporalis**. Brasília, 2001.

Pereira, L. D. **Política Educacional Brasileira e o Serviço social**: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. 2007. 378f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. Relatório de Direitos Humanos no Brasil. Disponível em: <https://www.social.org.br>.
SANT'ANA, R. S. Trabalho e modelo de desenvolvimento: a realidade rural e as expressões da questão social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 723-745, out./dez. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n120/08.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2018.